

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO LITORAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR**

**OLHARES HISTÓRICOS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO
LITORÂNEA DO PARANÁ: HERANÇAS CULTURAIS ATRAVESSANDO A
EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.**

MATINHOS-PR

2012

SIRLEI APARECIDA DE FREITAS SOARES

**OLHARES HISTÓRICOS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO
LITORÂNEA DO PARANÁ: HERANÇAS CULTURAIS ATRAVESSANDO A
EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

M
Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Édina Vergara.

MATINHOS-PR

2012

RESUMO

Esta monografia tem um cunho bibliográfico, com imersões locais que permitiram problematizações com técnicos da efetivação da política de assistência no município de Paranaguá. Não pretende ser um estudo piloto que permita deduzir leituras sobre a relação cultural dos sete municípios litorâneos com a temática abordada, mas pretende inspirar a discussão regional baseada nos elementos aqui destacados. O objetivo geral desta pesquisa visa conhecer aspectos históricos que permitam compreender a produção cultural que perpassa a sedimentação da assistência nesta Região, problematizando-a em seus limites e possibilidades frente à efetivação dos direitos sociais, dentro da Política de Assistência Social, através do sistema Único de Assistência Social, com seus equipamentos CRAS e CREAS, focando o município de Paranaguá. É composta por três capítulos, sendo que o primeiro a introdução, o segundo a metodologia e o terceiro, a revisão de literatura. Na sequência em subtítulos teoriza o processo histórico da Política Social no Brasil, abordando a Política de Assistência Social e seus movimentos até a atualidade, discorre sobre a correlação entre a Política de Assistência Social, o Serviço Social e a Questão Social, também busca um breve olhar sobre a história de Paranaguá; e a compreensão do desdobramento da implantação e os avanços da Política de Assistência Social no município. Conhecer alguns dos equipamentos públicos da Política de Assistência Social do município de Paranaguá, Com a aproximação da história do município, percebeu que o ele avançou na Política de Assistência Social, porém tem um longo caminho ainda para percorrer para atender as prerrogativas do Sistema Único da Assistência Social.

Palavras Chaves: Política Social – Política de Assistência Social - Município de Paranaguá – CRAS - CREAS

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEDEPS - Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social.

FCBIA - Centro Brasileiro para Infância e Adolescência

CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensão

CLT - Leis Trabalhista

CORDE - Coordenadoria de Atendimento a Pessoa com Deficiência

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializados em Assistência Social

GECAPp - Grupo de Estudo e Assessoria Em Políticas Públicas

LA - Liberdade Assistida

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social

PBF - Programa Bolsa Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviços à comunidade

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	6
1.1	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	7
1.1.1	Questões Norteadoras.	8
1.2	Objetivos.....	8
1.2.1	Objetivos Gerais.....	8
1.2.2	Objetivos específicos.....	8
2.	METODOLOGIA.....	10
3.	REVISÃO DE LITERATUA.....	12
3.1	CONTEXTUALIZACOES HISTÓRICAS SOBRE A POLÍTICA SOCIAL E SUAS CONFIGURAÇÕES NA ATUAL CONJUNTURA.....	12
3.1.2	Políticas sociais.....	12
3.2	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RESGATES HISTÓRICOS E DA ATUALIDADE.....	17
3.3	PRODUZINDO OS DEPENDENTES DA ASSISTÊNCIA: A QUESTÃO SOCIAL ATUALIZADA.....	26
3.3.1	A política de Assistência Social e Serviço Social: uma parceria no enfrentamento da questão social.....	28
3.4	PARANAGUÁ: O PARANÁ COMEÇA AQUI.....	32
3.4.1	Breves olhares sobre a história de Paranaguá.....	32
3.5	A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PARANAGUÁ CAMINHANDO PARA EFETIVAÇÃO.....	35
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do problema

O presente trabalho lança alguns olhares sobre a história da formação do município de Paranaguá-PR considerando as bases do processo de assistência para a população que vivia em vulnerabilidade social. O estudo se ocupa do referido município por ser considerado o berço do Paraná, cidade que foi receptora dos escravos, através das embarcações que se acostavam a beira do grande mar, onde iniciou-se a formação da cidade.

Cabe ressaltar que o despertar, em conhecer mais sobre a realidade deste município teve início em 2007, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, campus Curitiba, existia um grupo de assistentes sociais que estudava Políticas Públicas com foco na Política de Assistência Social e objetivo de capacitar os trabalhadores e conselheiros. Na época, tive oportunidade de participar deste grupo, mesmo não atuando como assistente social. Neste período, o grupo foi convidado a elaborar uma proposta de capacitação aos conselheiros do município de Paranaguá, sendo a proposta elaborada e enviada ao gestor Assistência Social obtendo aprovação.

O grupo em questão encaminhou-se até Paranaguá e realizou esta capacitação, o gestor da assistência municipal, considerando a maneira que se daria a implantação do Sistema Único da Assistência Social, sugeriu que o grupo elaborasse uma proposta para assessorar o município na implantação deste Sistema. Esta assessoria coube à Assistente Social Fernanda Camargo, do Grupo de Estudos e Capacitações em Políticas Públicas GECAPp, o que será descrito no corpo desta monografia. Durante esta Especialização, percebeu-se a oportunidade de contribuir aprofundando os estudos já elaborados e também perceber quais foram os avanços na instituição desta política.

Com base nestes elementos, este estudo se constitui de fundamental importância, pois tem a intenção de visibilizar e problematizar elementos da história da Assistência Social no município de Paranaguá/PR. Buscamos também entender o processo de constituição da política de assistência até chegar aos equipamentos do Sistema Único da Assistência Social da Política Nacional de

Assistência Social conhecido como: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS. Esses equipamentos onde são desenvolvidos os projetos na atualidade terão suas especificações no corpo deste trabalho.

Nesta monografia será descrito alguns recortes da experiência profissional da pós-graduanda, pois a partir do olhar da profissional assistente social, muitos elementos se enredam nas leituras históricas aqui destacadas.

Em 2009, aprovada no concurso do município de Campo Largo assumindo função de assistente social em 2010, atuando em um CRAS, onde desenvolve a prática com proximidades das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, vivenciando a prática com proximidades das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e vivência no cotidiano profissional a materialização do trabalho conforme preconiza a Lei que Regulamenta a profissão o Código de Ética Profissional, e o Projeto Ético Político e a Norma Operacional Básica do sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, e Tipificações dos Serviços publicada em 2009. Ao iniciar a Especialização em Questão Social Pela Perspectiva Interdisciplinar junto a Universidade Federal do Litoral Paraná resolveu ampliar essa análise estendendo ao CRAS e CREAS do município em questão, e desse modo compreender como se deu a construção desse processo até a atualidade.

Atualmente a Política Assistência Social tem sido amplamente discutida, bem como sua importância e o papel desenvolvido nos espaços institucionais, assim como a sua nova configuração.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro momento, procuramos fazer uma contextualização histórica sobre a Política Social e suas configurações na atual conjuntura. No segundo capítulo teve por objetivo explicitar configurações que já perpassaram a Política Nacional da Assistência Social trazendo seu contexto histórico até as conquistas da atualidade, trazendo algumas análises sobre o trabalho do assistente social na gestão desta política para o enfrentamento da questão social. O terceiro relata um pouco da história de Paranaguá ressaltando o viés de sua colonização e como está configurada a política de Assistência Social na atualidade.

Na sequência apresentaram-se as considerações finais, ressaltando os avanços percebidos e os desafios colocados ao Município de Paranaguá para o enfrentamento das seculares e múltiplas sequelas da histórica questão social ali vivenciada.

1.1.1 Questões norteadoras

Como se deu o processo de ocupação do território ocupado hoje conhecido como município de Paranaguá?

Como era realizada a Assistência Social aos moradores desta região antes da constituição da Política de Assistência Social neste município?

Qual a importância da construção e atuação dos Centros de Referência de assistência social - CRAS?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa visa conhecer aspectos históricos que permitam compreender a produção cultural que perpassa a sedimentação da assistência nesta Região, problematizando-a em seus limites e possibilidades frente à efetivação dos direitos sociais, dentro da Política de Assistência Social, através do sistema Único de Assistência Social, com seus equipamentos CRAS e CREAS, focando o município de Paranaguá.

1.2.2 Objetivos Específicos

1.2.1 Teorizar o processo histórico da Política Social no Brasil, abordando a Política de Assistência Social e seus movimentos até a atualidade;

1.2.2 Discorrer sobre a correlação entre a Política de Assistência Social, o Serviço Social e a Questão Social;

1.2.3 Compreender aspectos históricos do município de Paranaguá;

1.2.4 Compreender os desdobramentos da implantação e os avanços da Política de Assistência Social no município de Paranaguá;

1.2.5 Conhecer alguns dos equipamentos públicos da Política de Assistência Social do município de Paranaguá.

2. METODOLOGIA

Para realizar esse trabalho estabeleceu-se a metodologia embasando-a na pesquisa qualitativa como forma de compreender a realidade pesquisada, que levasse ao conhecimento. Segundo Martinelli (1999) a pesquisa qualitativa é a pesquisa que prima pela valorização do dado qualitativo, não que o quantitativo seja menos importante, pois a pesquisa quantitativa fundamenta em muitos casos a pesquisa qualitativa.

Desse modo, a pesquisa qualitativa tem como pressupostos de ordem epistemológica outros paradigmas, que não os da pesquisa quantitativa. A realidade é uma construção social da qual o investigador participa. Os fenômenos são compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e holística-componentes de uma dada situação estão inter-relacionados e influenciados reciprocamente, e se procura compreender essas inter-relações em um determinado contexto. O pesquisador e o pesquisado estão em interação em um processo multidirecionado no qual há ampla interação do sujeito e o objeto do conhecimento. (MARTINELLI, 1999, p.35 e 36).

Esta pesquisa se ampara na categoria mediação, que segundo Battini (1994) é uma categoria do movimento que se inclui na totalidade social configurando a processualidade e assegurando ao homem a sua apreensão. São dos processos de mediação que são erigidas e explicitadas as relações imanentes do complexo da realidade social. Sabemos que o profissional do Serviço Social atua como mediador, tendo a mediação como condutora que leva a realidade.

A prática social também é uma categoria que fará parte do processo de construção desta pesquisa, pois segundo Battini (1994) pensar a prática social enquanto categoria reflexiva nos possibilita o conhecimento e a explicação do processo pela qual se constitui e se expressa o ser social e da dinâmica da construção histórica do mundo humano social. Portanto, a reflexão da prática nos fornece subsídios para transformar uma realidade.

A prática social é constituída por três dimensões:

1. A Dimensão Produtiva: busca-se o reconhecimento da posição do sujeito na divisão sócio técnica do trabalho que determina seu lugar na sociedade, considerando as diferentes forças que se põem no mundo do trabalho da

produção (empresária, políticas, trabalhadores e novos segmentos), e essa dimensão submete ainda a atividade prática produtiva como uma relação material transformadora, pela qual o homem produz tanto a atividade como os meios para realizá-la.

2. A Dimensão Investigativa: é entendida como produto real e objetivo, pois considera o ato de conhecer, exercido sobre a matéria mediatizada ou imediata, destinado a criar novo objeto para nova ação visando a transformação do real.
3. A Dimensão Social/Política: é a dimensão que oferece condições de transformação social, ou seja, a transformação da organização e direção da sociedade. Realiza mudanças mediante a atividade do Estado. É a dimensão que indica a direção e o compromisso assumido pelo homem na luta permanente e tensa pela hegemonia, articulada a interesses e finalidades pertinentes, esta ainda implica em ampla participação de diferentes setores da sociedade, a consecução de certos objetivos e princípios que direcionam os interesses e as ações de grupos em luta permanente e cotidiana.

Diante do exposto, entendemos que a prática social nas três dimensões é de suma importância, pois ela dá subsídios teóricos e condições do profissional atuar nas diversas problemáticas do cotidiano que enfrenta em seu campo de atuação, podendo visualizar possibilidades de transformações da realidade colocada.

Além do olhar da profissional, também inspiram as argumentações desta pesquisa algumas incursões e diálogos que se realizou em Paranaguá, em espaços como o CRAS e CREAS com os profissionais que ali atuam, e com o Secretário da Assistência Social, participei em capacitação efetivada pelo Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social – CEDEPS, para os conselheiros municipais do Município pesquisado, visita ao Museu de Arqueologia Etnologia e materiais publicados pelo mesmo como folders. Como referencial teórico, utilizamos livros publicados sobre a história de Paranaguá assim como também dissertações, monografias e artigos. As referências produzidas que tratam da Política Social, Política da Assistência Social e Legislações federal e municipal.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A POLÍTICA SOCIAL E SUAS CONFIGURAÇÕES NA ATUAL CONJUNTURA

3.1.2 POLÍTICAS SOCIAIS

Reconhecemos que a Constituição Federal de 1988 trouxe um grande avanço quando incorporou as políticas sociais responsabilizando o Estado e atendendo as reivindicações das classes trabalhadoras.

A constituição de 1988 estabelece em seu artigo 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Mediante as leituras realizadas no contexto brasileiro pode-se, entender como políticas sociais todas as estratégias dos governos para dar respostas às necessidades apresentadas pela população nos mais variados setores. Não há uma receita pronta para as políticas sociais, cada país elabora as suas de acordo com suas necessidades e pressões da população para o enfrentamento das demandas. Desde a Constituição Federal de 1988 no artigo 6º, as políticas sociais são compostas por educação, saúde, habitação, previdência social e assistência aos desamparados. Dentre estas totalidades existem as políticas segmentadas, como por exemplo, a política do idoso, da pessoa com deficiência e da criança e do adolescente. Uma das funções da política social é também a redistribuição de recursos. Ela aparece naqueles segmentos que dela mais necessitam ou que apresentem maior vulnerabilidade econômica. Neste sentido, é possível afirmar que as políticas sociais, ao mesmo tempo em que colaboram com as classes populares como estratégia para combater as desigualdades, também contribuem para manutenção do capital.

“As estratégias sociais são, assim, formas e mecanismo de relação e articulação de processos políticos de obtenção do

consentimento do povo, da aceitação de grupos e, classes e de manutenção da ordem social. Estão vinculadas aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção das riquezas. "(FALEIROS, 1986 p.33).

No entanto, referente às políticas sociais não se pode deixar de afirmar que as estratégias do governo só aconteceram depois das reivindicações da população, que é protagonista desta história. Sendo assim as políticas sociais são conquistas da população resultantes das lutas travadas por ela desde o século XIX.

Assim, as políticas sociais podem ser entendidas como um instrumento útil, como uma mediação para transformar as lutas de classes, ou, melhor dizendo, os elementos conflitivos e manifestos delas, convertendo-as num elemento de pacto entre classes opostas (PASTORINI, 1997).

As políticas sociais têm sua base ligada ao desenvolvimento industrial, onde houve uma aglutinação da expressão da questão social e exploração da força do trabalho, tendo a população reagido às explorações realizando movimentos sociais organizados por sindicatos e associações.

As políticas públicas, entre elas políticas sociais não devem ser compreendidas somente como instrumento de concessões feitas pelo Estado e classe dominante. Devemos entendê-la também como um processo de luta, negociações e reivindicações, atendidas através das mobilizações e pressões.

"Se políticas sociais tem relação com luta classe, e considerado que trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromisso democrático e redistributivo, tem se nesse cenário complexo para lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social." (Bocheti, 2007, p.79).

Nos diversos autores estudados verifica-se uma mesma linha de pensando em relação constituição das políticas sociais elas foram se constituindo gradualmente e foram inspiradas no modelo Bismarckiano¹, que no início só dava

¹ Otton Von Bismark instituiu o primeiro seguro - saúde nacional obrigatório em 1883, no contexto de fortes mobilizações da classe trabalhadora. As iniciativas tomaram forma de seguro público obrigatório, destinado a algumas categorias específicas de trabalhadores e tinham como objetivo desmobilizar as lutas.

cobertura aos trabalhadores, ou seja, aqueles que contribuíam para o crescimento e econômico.

O cenário das políticas sociais no Brasil tem como referência o ano de 1923, onde no Brasil os primeiros a conquistar esses direitos foram os ferroviários e marítimos. Verificamos que houve avanços significativos em determinados momentos da história brasileira. Destacando-se o período de 1930 a 1960, onde houve estímulo para a classe trabalhadora, esses avanços segundo (COUTO, 2006) foi criado o Ministério do Trabalho, foram instituídas condições para se formalizar os sindicatos, a expansão das Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAPs, esta assegurava direitos à aposentadoria velhice ou invalidez, atendimento médico para o trabalhador e sua família, regulamentação do salário mínimo, consolidação das Leis Trabalhista – CLT, jornada diária de 8 horas, participação dos trabalhadores no lucro da empresa, todos esses direitos dentre outros foram instituídos nas Constituições Federal de 1934, 1937 e 1946. Porém, no início da década de 1960 iniciam-se retrocessos das conquistas, com golpe militar e podemos entender essa conjuntura assim:

O golpe militar e a forma do governo estabelecida a partir dele tiveram uma incidência importante no campo dos direitos, uma que embora nos discursos oficiais ainda se colocasse a democracia e a garantia dos direitos como razões para a existência da revolução, os instrumentos legais editados nesse período demonstraram muitas razões para que se comprove o contrário. Nos governos militares, a utilização da força e da repressão foram as estratégias mais utilizadas como forma de garantir o projeto que pretendia transformar o Brasil em grande potência econômica e recolocar as condições necessárias à manutenção de sua relação com o capitalismo internacional. (Couto, 2006, p.120).

Mas em 1988 obtivemos a grande conquista que é a Carta Magna que trouxe em seu corpo todos os direitos que um cidadão necessita para viver sua plena cidadania. Porém, no auge das comemorações destas conquistas, surge o neoliberalismo, o que trouxe um agravante para a classe trabalhadora.

Podemos identificar o dismantelamento das políticas sociais com grande visibilidade no governo do então presidente da república Fernando Collor de Mello, e continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso que, na sua visão neoliberal, acreditou que o mercado daria conta das necessidades da população.

A política social no Brasil tem um marco determinante no, o Governo Cardoso e seus “cavaleiros do apocalipse” que, ao

realizarem a escolha histórica por tais caminhos, nos levaram ao “coração das trevas do neoliberalismo” como afirma Oliveira. A política econômica desse governo conseguiu reduzir as taxas da inflação, mas não resultou em políticas distributivas. Assim, transitou: “da pobreza da inflação”, “à inflação da pobreza”, do “fim da inflação da moeda” à retomada da “inflação da dívida” e delapidou o patrimônio nacional. A dívida e o custo da sua rolagem geram escassez de recursos para investimento e custeio que, aliados às elevadas taxas de juros, desviam as aplicações do setor produtivo para o mercado financeiro, penalizando o conjunto da população. O “choque liberalizante” por ele realizado – traduzido na abertura comercial, nas privatizações, desregulamentações financeiras, precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades de economia brasileira, mas resultou numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa. (Boschetti, 2009, p. 36).

Neste cenário, presenciamos a ausência do Estado, um abandono total das políticas sociais, assim como também o desmantelamento de várias conquistas com emendas constitucionais que feriram a constituição, um elenco de Leis em descumprimento, várias políticas segmentadas fragilizadas, e atores sociais a mercê da boa vontade política. Segundo Vieira 2004, há dois tipos de políticas, as dos sem - nome e as dos com - nome e cada uma tem sua forma de operar. As dos sem - nome refere-se às classes empobrecidas e se dá de forma descontinuada, fragmentada, incompleta e seletiva, com foco na extrema pobreza-se. Já os com - nome encontra-se em outro solo, onde a riqueza germina.

“Esse solo acha-se nas formas cooperativas, tão antigas e tão novas com as quais a maioria das populações organiza-se para sobreviver em sociedades onde convivem a pobreza e a ostentação, a fome e abundância, a tosca tecnologia e alta tecnologia. Ante do Estado representativo do poder centralizado de poucos sobre as aspirações de muitos, a cooperação constitui o mais bem-sucedido meio humano de avançar sobre as barreiras e desigualdades.” (Vieira, 2004, p115).

Desde os anos 1990, segundo Boschetti (2007) tem se observado um retrocesso em relação às políticas sociais, pois a constituição Federal trouxe grandes avanços, já com atraso de mais de 40 anos, mas com as reformas neoliberais sofridas na era do presidente Fernando Henrique Cardoso com a herança já deixada por Collor de Mello, que deu ênfase às privatizações desprezando o texto constitucional tendo este como atrasado, justificou os

retrocessos como um projeto de modernidade e teve como principal orientador o Plano Diretor Reforma do Estado.

Observa um esforço por parte da sociedade em fazer efetivar os direitos, e também se verifica estratégias por parte dos governantes para atender algumas das reivindicações, através dos programas e serviços que estão sendo ofertados por parte dos governantes.

“Percebe-se que em momento algum os defensores da provisão mínima admitem cumprimentos mínimos de compromissos ou obrigações sociais, equivalente à proteção efetivamente prestada, pois isso configuraria uma atitude moralmente condenável. Dos pobres exigem sistematicamente, o máximo de trabalho, de força de vontade, de eficiência, de prontidão laboral e conduta exemplar, até quando não contam com o tal mínimo de provisão como direito devido; e qualquer deslize cometido por eles será fatal, sob todos os aspectos. E diferente do rico o pobre tem que ‘andar na linha’ e aceitar qualquer oferta de serviços e remuneração, pois a sua condição de pobreza continua sendo vista como um problema moral e individual e, conseqüentemente, como um sinal de fraqueza pessoal que deverá ser condenado. É por isso que entre os necessitados sociais há o sentimento arraigado de que para vencerem na vida tem que serem melhores que os abonados.” (Pereira, 2011, p.34).

Portanto, para concretizar os direitos sociais conquistados pela sociedade como eixos pelo qual o capital mantém seu equilíbrio, há um desdobramento destes através das leis que se operacionalizam por meio de programas, de projetos e de serviços. Porém, temos um cenário onde vemos esses direitos sociais fragilizados, onde programas, projetos e serviços não estão dando conta de superar as fragilidades vivenciadas e das necessidades básica da população, pois ainda presenciamos seres humanos vivendo sem acesso à moradia, alimentação, educação, trabalho e saúde, sendo este a base para todos os outros.

Temos um país rico, Produto Interno Bruto (PIB) mal distribuído, notamos pessoas que se denominam de alto escalão vivendo em suas mansões e há miseráveis que não tem onde encostar sua cabeça para dormir. Para mudança deste cenário, as políticas sociais devem sair do papel e buscar a materialização, partindo do princípio da redução da desigualdade, buscando a justiça social baseada nos direitos individuais, possibilitando-lhes acessibilidade a patamares superiores e condicionando-o a exercerem sua cidadania, pois o verdadeiro

exercício da cidadania se dá nas condições materiais do ser humano. É necessário vontade política e comprometimentos para dar concretude às políticas públicas e que tenham como princípio o interesse comum, atendendo demandas legítimas da população.

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RESGATES HISTÓRICOS E DA ATUALIDADE.

A Assistência Social tem suas bases na lógica da caridade, da ajuda e favor não possuía um viés político, pois esta não era constituída em Lei, caracterizada pelo favor, onde concedia algum tipo de proteção a alguns segmentos da sociedade, ou seja, aqueles que não possuíam meio para sua sobrevivência, e estes eram culpabilizados pelas suas condições.

Neste cenário, havia os desprovidos de possibilidades sendo visíveis às ações desenvolvidas pela igreja, que realizavam um trabalho de evangelização para auxiliar pessoas através de praticas assistencialistas. A caridade e o assistencialismo predominavam aos necessitados, sendo feito um trabalho de convencimento de que o individuo era assim por era vontade Divina.

Segundo Colin e Fowler (1999), a Assistência Social se dava de uma forma que as pessoas entendiam como favor, visava proteger os indivíduos integrantes de alguns segmentos que eram totalmente excluídos, os quais não se enquadravam nos padrões estabelecidos pela sociedade, estes eram ditos como desajustados e a corrente filosófica de cunho religioso, justificava as ações assistenciais desenvolvidas pela igreja, onde eram concedidos pequenos auxílios aos mais necessitados.

No Brasil, além das igrejas, algumas organizações não governamentais exerciam esse papel de assistencialismo. Os papéis desempenhados pelas igrejas e organizações não governamentais eram normalmente situados no campo da filantropia, desempenhados por um dever moral. Acreditou por muitos anos que esse sistema conseguiria fazer com que a população ficasse contente com as migalhas oferecidas pelo sistema vigente, o qual perdurou por vários

anos. Neste contexto, já havia as classes dominantes favorecidas que contribuíam com o assistencialismo, com a intenção de manter a ordem social.

“Assim sinaliza Colin: Como o descontentamento reinante entre os necessitados poderia facilmente conduzi-los a contestações e, por consequência, alterações da ordem estabelecida, as classes dominantes, se organizam para oferecer medidas assistenciais, incentivando a caridade e a filantropia, como se estas constituíssem a panacéia capaz de por si só, suprir as necessidades dessa população e, por conseguinte, neutralizar as agitações sociais, eliminando a possibilidade de manifestações significativas de violência.” (Collin e Fowler, 1999, p.11 e 12).

A Assistência Social como política social surge juntamente com outras políticas estatais no corpo do texto constitucional. A Constituição de 1988 aponta no primeiro capítulo possibilidades para o avanço das políticas sociais brasileiras, contemplando reivindicações das classes trabalhadoras e elevando a Política de Assistência como responsabilidade do Estado. Nesta direção a carta constitucional enfatizou a seguridade social, retirando a família do espaço privado, colocando-a como alvo de políticas públicas, o que dá início ao rompimento da cultura tradicional do favor que persistiu por muitos anos com um modelo conservador e autoritário, historicamente presente na sociedade brasileira.

Segundo Collin e Fowler (1999), a Assistência Social sempre esteve caracterizada como via de proteção e ajuda aos indivíduos integrantes de segmentos estigmatizados. A relação da assistência social com organizações não governamentais traz marcas para o desenvolvimento e consolidação da assistência como política, pois a sua identificação se dá muito mais no campo da filantropia do que no campo dos direitos sociais. O reconhecimento legal da assistência social como política social pública só acontece com Constituição Federal 1988.

“Relembrando que, com a Constituição Federal de 1988, e o reconhecimento da Política de Assistência como Política Pública desencadeou o processo de construção da Lei Orgânica de Assistência, porém com dificuldades para aprovação. Todas as garantias constitucionais que foram consubstanciadas em legislações ordinárias posteriores passaram a ser alvo de desmonte pelos governos que sucederam à Constituição de 1988.” (Couto, 2006, p.144).

As dificuldades encontradas frente à aprovação desta Lei devem-se ao fato de que no ano seguinte a aprovação da Constituição, que em seu texto também estabeleceu o fim da ditadura militar, um regime que já perduravam há

mais de 20 anos, e também definiu o “voto direto”, onde povo pode escolher seus representantes, nas estâncias executivas e legislativas, e ficou estabelecido como presidencialismo. Neste empoderamento de escolha, a população votou no candidato Fernando Collor de Melo e o elegeu como presidente, que segundo Couto (2006), tinha em seu método de governo um receituário teórico neoliberal.

A doutrina neoliberal apregoava a minimização do Estado e enaltecia o mercado, com lógica de que por si só daria conta dos problemas sociais. Com essa ideologia o então presidente Collor considerou a LOAS como uma lei inviável para seu governo.

“Foram realizadas algumas tentativas como o primeiro projeto apresentado ao congresso, de autoria do deputado Raimundo Bezerra, que foi totalmente vetado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, sob alegação de que a nação não dispunha de recursos para o pagamento dos benefícios e serviços nele previsto.” (Collin e Fowler, 1999, p. 17).

Porém, Collor não conseguiu permanecer até o final de seu mandato, pois o governo foi marcado por escândalos e gasto do dinheiro público indevidamente, o que levou à sua cassação. Pela primeira vez no Brasil, a população consegue impedir a continuidade de um presidente, gerando o processo de impeachment.²

Diante de tais fatos, o vice-presidente Itamar Franco assumiu um País com uma grande desigualdade social e aprofundamento da questão social deixado pelo regime já acima citado. Este governo, diante das pressões e reivindicações, no início da sua gestão aprovou a Lei Orgânica de Assistência social, conquista esta ocorrida em 07 de dezembro 1993. Com essa conquista, novas definições, como a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e a municipalização da política, inicia-se uma discussão sobre a filantropia, entidade da assistência social e política nacional. Segundo Spozati (2007) o Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS tem papel central nesse momento.

“No regime interno do conselho Nacional de Assistência social no Capítulo 1 fica assim definido: Art.1 – O conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, instituído pela Lei n.8742 de 07 de dezembro de 1993, é órgão superior de deliberação colegiada de caráter permanente do sistema descentralizado e participativo da

² O Impeachment é um processo essencialmente político com raízes constitucionais, destinado a possibilitar o afastamento do agente político, ou seja, o afastamento dos titulares de cargos políticos de suas funções quando cometem ato contra o interesse público definidos pela Lei nº 1.079 de 1950 como crimes de responsabilidade, sendo próprios dos seguintes cargos: Presidente da República, Ministro do Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República, Governador e Secretários de Estado. Para os Prefeitos os crimes de responsabilidade estão definidos no Decreto-Lei nº 201/67 (Góes e Medeiros, 2011, p. 04).

Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculada à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, tem seu funcionamento regulado por este Regime Interno.” (Spozati, 2007, p.65)

Em 1994 foi eleito para a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso, tomando posse em janeiro de 1995, que fortaleceu políticas neoliberais, desmontando as políticas sociais, dando continuidade ao processo de privatizações.

Na assistência social, o então presidente ignorou a LOAS e instituiu o Programa Comunidade Solidária que era diretamente gestado por sua esposa Sra. Rute Cardoso, o programa recebia recursos sem um controle, o que contraria a Lei Orgânica da Assistência Social. Nesse contexto, cresce a atuação das ONGs, que não raras vezes assumia o papel do Estado, perdurando este cenário por 08 anos, período no qual durou a gestão Fernando Henrique Cardoso.

Nos anos de 1990, quem viveu essa conjuntura, presenciou a somatória de perdas dos trabalhadores, configura-se aí um novo perfil para a questão social brasileira. Particularmente pela via da vulnerabilização do trabalho, confronta-se com a erosão do sistema de garantias e proteções sociais e com emergência de modernas e focalizadas práticas filantrópicas que descaracterizam direitos, despolitizam os conflitos sociais e desmontam a universalidade das políticas sociais públicas.

É importante assinalar que essas ações emergem no país em um contexto de profundas transformações societárias, as quais interferem tanto na questão social, que assume novas configurações, como nas políticas sociais voltadas ao seu enfrentamento.

Segundo Collin e Fowler (1999) o desmonte das políticas sociais era processado, por um lado, pelo corte dos gastos públicos pela eliminação das estruturas organizacionais públicas que prestam atendimento a população. Cabe lembrar que a primeira providência adotada presidente da República na área da assistência foi a medida provisória nº 01/95, que extinguiu o ministério do Bem - Estar Social e toda sua estrutura de administração direta e indireta, autarquias e fundações, a fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA), a

Legião Brasileira de Assistência(LBA), a Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência (CORDE) e Secretaria de Promoção Humana.

Neste contexto de aprofundamento de desigualdades e exclusões, a política de assistência social estava em um momento de acertos e desacertos, pois essa política faz parte do tripé da seguridade social, tinha que tomar rumos diferentes não aceitar as imposições das políticas neoliberais. Para esse enfrentamento havia movimentos de resistências, onde aconteceram vários fóruns de assistência social em todo o país, buscando encaminhamentos para um novo modelo de política que assegurasse uma direção social diferente da hegemonia neoliberal.

No entanto, conforme já mencionado, as lutas por efetivar a LOAS continuaram, e junto a essas lutas é eleito Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República. Este governo teve uma votação expressiva, com 85% de aprovação nas urnas, resultado da esperança da população, que buscava uma mudança nas condições socioeconômica do País, depositando sua confiança no candidato, em face de suas propostas na trajetória de campanha eleitoral.

Apesar das dificuldades já citadas para efetivação a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que desencadeou todo um processo de regulamentação e organização dessa política essa conceituou o que é política de Assistência Social que assim ficou definido:

Artigo Um: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado , é uma Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizado através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade civil, para garantir o atendimento as necessidades básicas (COLIN E FOWLER, 1999, p. 19).

Sendo assim novos caminhos foram tomados na Política de Assistência Social, onde exigiu a criação provisões recursos para garantir a cobertura e os direitos de acessos para os serviços programas e projetos e ainda determina a participação da população na elaboração dos planos através dos conselhos paritários e participativos.

Para aprimorar, organizar e ampliar a Política de Assistência Social, os trabalhadores, usuários e sociedade civil organizada continuaram se reunindo, e estudando meios para ampliar as conquistas. Sendo assim, em 2003 foi realizada

a quarta conferência de Assistência Social que lançou as bases para a construção Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o qual ocorre a previsão e organização dos atendimentos através de nível de complexidade em unidades especializadas para o atendimento específico de usuário da Política de Assistência Social. Já no ano seguinte, 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Em 2005 foi publicada a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social NOB/SUAS, reorganizando a gestão da política e unificando os conceitos e procedimentos em todo território nacional.

Percebemos que no período deste governo petista houve avanço na Política de Assistência, pois já no início de seu governo em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social. Essa política traz características diferenciadas, divide os municípios por portes³, e traz consigo princípios, diretrizes e objetivos, esse conjunto é direcionado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Assistência Social.

Juntamente com essa política foi desenvolvido um sistema com maior consistência, o Sistema único de Assistência Social - SUAS que é a mais nova lei aprovada dentro da Política Nacional de assistência Social, reafirmando os compromissos já estabelecidos na LOAS, trazendo elaboradas orientações de como desenvolver essa política, dando a ela um formato que em qualquer lugar do País seus usuários possam reconhecê-la, como uma política de direitos, levando sempre em consideração as particularidades que cada região possui.

A NOB/SUAS determinou que os municípios para habilitar-se neste novo Sistema deveriam implantar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O Centro de Referência da Assistência Social é um equipamento público estatal que necessariamente localizado em áreas que apresenta vulnerabilidade e risco social e tem como meta abranger famílias coreferenciadas neste território. Essa unidade implantada no território tem como objetivo a execução dos serviços,

³ Municípios pequeno 1: com população até 20.000 habitantes
Municípios pequeno 2 : com população entre 20.001 a 50.000 habitantes
Municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes
Municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes
Metrópole: com população superior a 900.000 habitantes (PNAS/NOB/SUAS, 2005, p.154).

programa, projetos e benefícios que visem à proteção social básica, organização e coordenação da rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência visando à orientação sócio-familiar e comunitária, sendo responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF.

A construção dos Centros de Referência da Assistência Social nos municípios faz parte do conjunto de inovações para efetivação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que foi construído em consonância com a Lei Orgânica da Assistência e Política Nacional de Assistência Social, com a proposta de concretizar o que a Lei prescreve. Neste sentido o SUAS trouxe um modelo de gestão descentralizado e participativo e com a regulamentação dos serviços em todo território nacional, tendo como foco prioritário a família.

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é a unidade básica de atendimento e promoção de ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É a porta de entrada do cidadão à rede de proteção social básica, devendo ser implementado em todo território à população que expressa situação de vulnerabilidade social. Trabalha na perspectiva da prevenção e minimização e/ou superação das desigualdades sociais, visando prevenir situações de risco e promover a emancipação social das famílias, na busca da superação das dificuldades encontrada no cotidiano.

Os Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS - constitui-se em um equipamento que também faz parte do aprimoramento do atendimento desta política, foi estrategicamente pensado em um formato para atender às demandas que a proteção básica não dá conta e as que não fazem parte de sua propositura. No CREAS são ofertados serviços que estão divididos em Média Complexidade⁴ e Alta Complexidade⁵

“São considerados serviços de Proteção de Média Complexidade são aqueles que oferecem atendimentos as famílias e indivíduos com seus violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação

⁴ São serviços da média complexidade: serviços de orientação e apoio sócio-familiar, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, serviços de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência sócio-educativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida –LA).

⁵ São serviços da alta complexidade: atendimento institucional, Casa Lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora, medidas sócio-educativas restritivas e privadas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) (PNAS/NOB/SUAS, 2005, p.38).

técnica – operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou de acompanhamento sistemático e monitorado.” (PNAS/NOB/SUAS, 2005, p.38)

Ou Seja, esse é um serviço ofertado com o propósito de que a família supere e recupere os vínculos já fragilizados, buscando o acerto dentro do núcleo familiar. O trabalho com essas famílias é realizado com acompanhamento, envolvendo profissionais qualificados para trabalhar e possibilidades para que aquele núcleo familiar possa se fortalecer e não mais necessitar dos Serviços da Proteção Social de Alta Complexidade.

“Os Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e aos indivíduos que perderam que se encontram se referência e, ou, em situação de ameaça necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.” (PNAS/NOB/SUAS, 2005, p.38)

Esse é um serviço que atende usuários que tiveram seus direitos violados e os vínculos já foram rompidos, não havendo mais laços familiares, como moradores em situação de rua, crianças vítimas de violência dentro de seu lar e que necessitam ser retiradas do seio de sua família, idosos que sofrem maus tratos, dentre outras situações que possam ser identificadas.

No ano de 2006 foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social NOB-RH/SUAS, que especificou e definiu as equipes para trabalhar nos CRAS⁶, e nos CREAS⁷ as quais devem ser constituídas por servidores efetivos que serão responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica Proteção Social Especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados.

⁶Pequeno Porte I Até 2.500 famílias referenciadas - 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo e 2 técnicos de nível médio

Pequeno Porte II Até 3.500 famílias referenciadas 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo 3 técnicos nível médio

Médio, Grande, Metrópole e DF A cada 5.000 famílias referenciadas 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, 4 técnicos de nível médio (NOB-RH/SUAS, 2006, p.19).

⁷ Para atendimento de 50 pessoas: 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado, 2 profissionais nível médio, um auxiliar administrativo.

Para atendimento de 80 pessoas: 1 coordenador, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 advogado, 4 profissionais nível médio, 2 auxiliar administrativos.

Em 11 de Novembro de 2009 a resolução N° 109 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, determina que os serviços da proteção básica no âmbito da Política da Assistência Social devem primar pela proteção e atendimento integral das famílias e este consiste em trabalho social de forma continuada, com a finalidade de fortalecer a função protetiva prevenindo a ruptura dos vínculos, promovendo o acesso e usufruto de seus direitos contribuindo para melhoria da qualidade de vida. Essa resolução norteia as especificações dos serviços já apontados NOB/RHSUAS, para que os técnicos dos CRAS prestem serviços, com qualidade a NOB/RH determina a capacitação continuada.

“A Assistência Social vive um novo tempo! A implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS a partir de uma resolução da Conferência Nacional, desafia a todos que trabalham nessa política a materializar nos espaços de trabalho o direito a ser atendido como cidadão! E para isso contam com a criação do espaço público, onde as demandas dos usuários da política devem ser referenciadas, sejam eles os CRAS ou os CREAS, um serviço público fundamental na busca da consolidação da Política Pública de Assistência Social.” (COUTO, Palestra proferida no Encontro Estadual de Conselheiros e Gestores para Qualificação e Aprimoramento da Gestão e Controle da Política de Assistência Social: sensibilização sobre a importância do CRAS - 29 e 30 de junho de 2006, Curitiba – PR).

Segundo o Sistema Único de Assistência Social que obteve sua aprovação como em a Lei. 12.435/11, o profissional do Serviço Social trabalha no âmbito do sistema de proteção social, considerando as determinações históricas, econômicas, políticas e culturais da sociedade em que se insere. Este profissional atende aos sujeitos, grupos sociais, populações e coletividades em situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural, viabilizando serviços sociais vinculados às políticas públicas.

3.3 PRODUZINDO OS DEPENDENTES DA ASSISTÊNCIA: A QUESTÃO SOCIAL ATUALIZADA

É de total relevância discutir mais profundamente a questão social, seguida do enfoque na Política Social que se ramifica na Política de Assistência Social, ambas propõe enfrentamentos à questão social.

Vivemos desde a década de 1970 um aprofundamento da questão social, o modelo político e econômico deste remoto tempo perdura até a atualidade, porém com roupas diferentes, acumulação do capital financeiro apoiado com a política neoliberal que trouxe profundas consequências para atual conjuntura, principalmente no que se refere ao modelo de produção do trabalho e emprego, dando lugar para novas características para a questão social, que aglutizou com a transformação no modelo de produção que tomou conta do mundo, o modelo japonês de produção baseado na flexibilização, da microeletrônica e da produção informatizada. Junto a esses complexos de mudanças, veio à terceirização da mão de obra.

A Indústria os serviços bancários, a maior das atividades econômicas de ponta vêm alterando suas formas de organizar a produção (no sentido lato) o que alguns qualificam a acumulação flexível, ou modelo japonês ou toyotismo enfeixadas do mote da flexibilização. Busca-se uma flexibilidade no processo de trabalho, em contrapartida à rigidez da linha produção em massa e em série; uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégia de informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade de produtos, pois as empresas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e em flexibilidade dos padrões de consumo. Esse processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiro, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre regiões, setores etc. além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo. (IAMAMOTO,2005, p.31)

A questão social está nas bases dos movimentos, ela está em diferentes campos, porém, o movimento de contorná-la a ponto de chegar à superação onde possamos verificar mudanças significativas na condição que está posta é um grande desafio para as políticas sociais darem conta.

O agravamento da questão social está expresso nos diversos espaços, como nos rompimentos dos laços familiares, no uso das substâncias psicoativas,

nas doenças mentais muitas vezes causadas pela ausência de suprimento das necessidades básicas, que induzem os cidadãos perderem a autoestima levando-os a desilusão total, deixando-o descrente de que é um sujeito de direito, submetendo-se a qualquer trabalho e tipo de moradia precária e achando que isso é normal.

Essa condição que vem se apresentando com um agravamento a cada dia maior, deve-se ao fato da ausência do Estado em determinados segmentos, ou seja, a falta de investimento nas políticas sociais, acreditando que o mercado dará conta deste buraco negro que é a questão social manifestada em suas diversas formas e provocada pela falta de responsabilidade daqueles que se comprometem com o povo só em época de campanha eleitoral.

Nesta perspectiva, o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem um papel determinante em sua origem (e que dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. (Bocheti, 2007, p43).

A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção, onde os trabalhadores produzem as riquezas, mas não tem poder sobre as mesmas e não usufruem daquilo que produzem. As desigualdades que persistem no desenvolvimento brasileiro têm um processo histórico que vem caminhando há vários anos e cada dia tende a piorar, se não houver um posicionamento mobilizador em face às questões presentes na exclusão.

“O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A questão social não

senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. E a manifestação, no cotidiano da vida social da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.” (IAMAMOTO, 2011, p83 e84).

3.3.1 A Política de Assistência Social e Serviço Social: uma parceria no enfrentamento da questão social.

Considerando que os CRAS são equipamentos de atendimento das necessidades básicas da população, e são compostos por equipe de referência, entende-se que é de fundamental importância que sejam profissionais do quadro efetivo para que os serviços sejam prestados de forma continuada e a comunidade possa também construir um vínculo com esses profissionais, pois este equipamento é considerado a porta de entrada das famílias para Política de Assistência e as demais políticas sociais.

Este novo formato que tomou a política da Assistência Social é de fundamental importância para os profissionais, pois segundo Iamamoto (2005) o trabalho do assistente social se dá no enfrentamento das diversas expressões da questão social, (esclarecendo a população quanto a seus direitos sociais e os meios para acessá-los, assim como, também na elaboração de projetos, avaliação e planejamento).

Porém, para que este trabalho seja prestado com qualidade, atendendo os usuários com dignidade, foi sugerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social a composição do espaço físico dos CRAS, devendo necessariamente possuir:

“Uma recepção para espera acolhimento e atendimento inicial a famílias e indivíduos com 12m²; sala de atendimento individual para entrevista com famílias e indivíduos que comporte de a 5-10 pessoas, 12m²; sala multiuso para trabalho com grupos socioassistenciais, oficinas de reflexão e convivência, palestras e reuniões que acolha 30 pessoas, 35m²; sala de coordenação para atividades administrativas que possibilite o registro de

informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação e reuniões técnicas com 20m²; copa para preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS com 5m²; conjunto de instalações sanitárias, sanitários para uso coletivo e sanitário para uso de pessoas com deficiência com 10m²; almoxarifado, depósito de material destinado às atividades de reflexão e convivência, 5m² (Brasília. 2009.p.54).

Diante dessas orientações percebe-se o salto qualitativo nas orientações desta política em relação ao respeito com seus demandatários, pois se analisarmos há pouco tempo estes eram atendidos em qualquer espaço cedido, onde não tinham sequer um local para espera do atendimento. Alguns municípios aceitaram as sugestões, apresentando espaço compatível com o indicado, atendem com horário agendado podendo estes agendamentos ser realizados via telefone ou pessoalmente. Porém, isto não é unanimidade, pois nem todos os municípios conseguiram adequar-se a essas novas exigências, ainda há uma longa caminhada para esta lei ser efetivada em todos os municípios.

Assim sendo, os profissionais que atuam nesta Política, juntamente com usuários, devem continuar a luta para efetivação e cumprimento desta lei, e para que possa ser desenvolvido um trabalho com qualidade, atendendo às sugestões, normativas, resoluções e orientações técnicas que foram publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Os materiais publicados e resoluções do CNAS / MDS trouxeram inovações e orientações para o desenvolvimento dos serviços, porém, é necessário realizar um estudo com usuários desta Política e perceber o que eles desejam, já que os serviços podem ser organizados em conjunto. Sendo assim, quando implantado um CRAS é de total relevância que os profissionais que vão atuar neste espaço, façam um mapeamento de onde estão seus usuários e também da rede de serviços já existente neste território, realizando reuniões com os profissionais que compõe essa rede, para verificar os serviços já ofertados, apresentar o CRAS e os serviços que acontecerão neste espaço, propondo parcerias, realizando articulações, pois esse é um dos papéis do CRAS. Depois do mapeamento, parte-se para o diagnóstico do território, através dos dados já computadorizados e do Cadastro Único de Benefícios Sociais. O profissional do CRAS deve realizar visitas, com o objetivo de conhecer o espaço em que o usuário vive, levantar as demandas, convidá-los para ir até o CRAS, para

colaborar nas propostas dos serviços. Entendemos que políticas sociais são para efetivar direitos, não somente como responsabilidade da Política de Assistência Social, mas também das outras políticas sociais como Educação, Saúde dentre outras, para que as múltiplas expressões da questão social sejam enfrentadas intersetorialmente.

As legislações sociais visam garantir às pessoas acesso aos direitos já constituídos e ampliação dos mesmos, porém necessita de atitudes concretas do poder público. Não basta somente a disposição legal, há necessidade da efetiva atuação do Estado para que “os invisíveis”⁸ possam superar suas vulnerabilidades. O Estado precisa agir prepositivamente, de modo a colocar os detentores dos direitos em contato com os mesmos, possibilitando os meios para o exercício de sua cidadania. Sabe-se que os Assistentes Sociais tem um papel fundamental na garantia dos direitos. A tal afirmação podemos complementar com:

“Tais pressupostos, em síntese, indicam que a função pedagógica do assistente social na sociedade capitalista, em sua fase monopólica, define-se e consubstancia-se no terreno da elaboração e difusão de ideologias na organização da cultura – condição e horizonte da construção das relações de hegemonia no cotidiano das classes sociais em confronto, e que esta mesma função objetiva-se por meio de estratégias de articulação entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma classe, constituindo formas de pensar e agir próprias de determinado modo ou sistema de vida, em a formação de subjetividades e normas de conduta são elementos moleculares.” (Abreu, 2002, p.31).

Porém é necessário que, os profissionais que atuam nesta nova modalidade da Política de Assistência Social, trabalhem numa perspectiva de transformação das relações sociais, buscando sempre inovar, trazendo novas possibilidades de desenvolvimento do indivíduo para a compreensão da realidade do atual contexto, apreendendo suas verdadeiras exigências.

A formação do assistente social da contemporaneidade deve estar baseada no contexto social da atualidade. Deve deixar o pragmatismo, se distanciar dos velhos conhecimentos, buscando atualizações, com uma reflexão crítica analisando as exigências para efetivar o fazer profissional, construir

⁸ Segundo Patrus Ananias, são pessoas a quem possui renda, moradia, alimentação e que buscam em praças, ruas e avenidas as mais variadas formas de sobrevivência, dependendo da vontade alheia e, muitos, ainda convivendo com graves problemas de alcoolismo, sofrimento mental, violência. (ANANIAS, 2007).

mediações e articular condições que possibilitem a inserção dos indivíduos ao meio que vivem. O fazer profissional deve possibilitar caminhos que possam tirar os indivíduos da exclusão.

“As alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe ao profissional apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeito desenvolvê-las transformando-as em projetos e frente de trabalho. Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras inventivas, resultantes da apropriação de possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. Essa compreensão muito importante para se evitar uma atitude fatalista do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional.” (IAMAMOTO, 2005, p.21 e 22).

O Serviço Social deve planejar a intervenção seguindo o segmento da realidade apresentada, desafiando o aspecto determinado da realidade, construir e reconstruir permanentemente estratégias para trabalhar dinamicamente num processo para apreensão das relações.

Neste sentido, o desafio posto pela apropriação deste complexo, vem a partir de reflexões teóricas e críticas que superem os limites estabelecidos, que muitas vezes não está explícito, fica evidente que a categoria profissional deve primar na busca de conhecimento orientado pelo projeto ético político profissional superando sempre o já conquistado, ampliando suas dimensões.

No entanto devemos entender o nosso desafio enquanto profissional, e também o caminho que a Política de Assistência percorreu o espaço conquistado, mas que com isso possamos superar as condições que estão presentes em nosso cotidiano, finalizo este capítulo afirmando que não podemos caminhar solitários, mas sim com as demais Políticas, o trabalho em rede é fundamental para superar o desafio de construirmos uma sociedade com justiça e igualdade social.

3.4 PARANAGUÁ: O PARANÁ COMEÇA AQUI

3.4.1 Breves olhares sobre a História de Paranaguá

O território hoje conhecido como o município de Paranaguá, segundo estudos realizados em dissertações e livros e até mesmo em um inventário construído por dois pesquisadores SOARES e LANA (2009), pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, teve as primeiras embarcações estrangeiras a acostar-se nas beiras das encostas dessa cidade no ano de 1531, lideradas por Martim Afonso.

“Com este acontecimento inicia-se a história e, concomitantemente, a exploração do atual Estado do Paraná. Os portugueses apenas empossaram das terras ao norte e sul da baía que, segundo sua interpretação relativamente à situação da linha do Tratado de Tordesilhas⁹, correspondiam à esfera de interesse da coroa de Portugal. A referida linha de demarcação, segundo interpretação dos portugueses, cortava a costa, como geralmente é conhecido, na altura de Laguna.” (SOARES E LANA, p.10 2009).

Este território até então desconhecido já era habitado por índios, que aqui viviam com seus costumes e culturas. No período entre 1575-1580 originou-se o processo de colonização com imigração de habitantes de São Vicente e de Cananéia, através de navegações que fixaram residência na ilha da Cotinga, às margens do então rio Tagaré ou Taquaré, atual Itiberê, porém, receosos de ataques por parte dos índios. Segundo os autores já acima citados, acredita-se que é impossível fazer uma investigação precisa acerca dos índios que viviam nesta região, pois segundo eles, não há registro sobre esta população que viveu nesta região há mais de três séculos.

Segundo Abrahão (2008) houve uma miscigenação que originou os caiçaras, os quais preservaram as características de um modo de vida hoje considerado tradicional, tendo em vista deter aspectos que antecedem às formas modernas de organização socioeconômica. Economia estruturada a partir da agricultura de subsistência, centrada na produção da mandioca e na pesca de curta distância. Segundo Soares e Lana (2009) a região litorânea nunca foi a mais

⁹ O **Tratado de Tordesilhas**, assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494, foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e o recém-formado Reino da Espanha para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa.

produtiva do Estado e esteve no decorrer de sua história, à margem de qualquer atividade econômica que o levasse a um desenvolvimento maior. Muitos dos moradores desta região ainda sobrevivem da pesca. Porém estes não recebem uma atenção do Estado. Para ampliar podemos afirmar isso com a essa citação:

“O Litoral nunca foi região mais produtiva do Estado e esteve no decorrer de sua história, à margem de qualquer atividade econômica que o levasse a desenvolvimento econômico maior é considerada a região mais atrasada do Paraná dentro desta esta pesca é atividade que menor atenção tem recebido do Estado. Alguns planos de desenvolvimento estão voltados para incentivo do turismo nas praias. Dessa forma a pesca tem se mantido afastada de qualquer incentivo inovador conservando no decorrer tempo, basicamente os mesmos padrões: é artesanal na tecnologia empregada, envolve um modo específico e principalmente apresenta relações de trabalho específicas.” (SOARES E LANA, 2009,p.78).

O modo de vida da atualidade não pode ser comparado com aquelas organizadas nas sociedades indígenas, a chegada desses povos e com a inauguração do Porto Dom Pedro II (Porto de Paranaguá) - que aconteceu em 17 de março de 1935, com a atracação do Navio “Almirante Saldanha” - houve remodelamento na economia e conseqüentemente na vida dos que aqui já habitavam. Com a inauguração do Porto e as novas atividades necessárias para desenvolvimento da economia capitalista, a mão de obra passou por adaptações adequando às necessidades, levando a população primária a conhecer um mundo totalmente diferente daquele que estavam habituados.

Segundo Godoy (1998), quando a atividade portuária se centralizou na exportação de café, foram desencadeadas alterações profundas na organização da cidade. Isto teria ocorrido em função da demanda de estruturas de suporte comerciais, bem como de mão de obra. Dada a base tecnológica característica dos anos 50, a requisição de mão de obra, em especial de baixa qualificação formal, foi substantiva, o que gerou um fluxo de pessoas maior que o fluxo de renda.

Para Abrahão (2008) é provável que a atração de mão de obra tenha sido desproporcional à riqueza que a atividade econômica fez circular, tendo em vista a geração de um número muito grande de empregos pouco qualificados.

O Porto, ao mesmo tempo em que trouxe um novo movimento, que aqueceu a economia, trouxe também problemas ao município, pois houve

migração da população rural para a região urbana em busca de trabalho no Porto, desencadeando uma série de consequências pela falta de preparo para receber esses novos habitantes, não existia infra-estrutura, dando assim um novo desdobramento para questão social, iniciando aí o processo de favelização.

Paranaguá, conhecida como cidade turística é um município localizado no litoral, sendo a cidade mais antiga do Estado do Paraná, atualmente com uma população de 140.469 habitantes. Através deste município teve início o Paraná, que hoje conta com 399 municípios. Segundo Viana (1976) este município foi berço do Paraná, cidade onde permaneceu por vários séculos a distração da vida social, as festas religiosas, teatro e reuniões familiares. O teatro, em 1940 era frequentado pelos moradores, onde a primeira apresentação deu-se em um domingo de páscoa, em uma casa onde não possuía lugar para sentar.

Aqueles que tinham lugares reservados eram acompanhados por seus escravos que levavam as cadeiras para os camarotes. As pretas velhas então carregavam um cesto com comida, para a ceia, que faziam num dos intervalos dos velhos dramalhões tão a gosto daquela gente.

A principal atividade econômica da cidade é através do Porto, considerado o maior do Brasil em exportação de grãos. Segundo Abrahão (2010) o lugar em que este município ocupa e a importância deste para a movimentação da economia necessita refletir as demandas e sofrer os impactos das mudanças daqueles que utilizam sua estrutura de escoadouro. Reverter este quadro requer um esforço sociopolítico efetivo no sentido de construir estruturas sociais e de infra-estrutura capazes de ampliar os efeitos positivos e minimizar os negativos.

Sabe-se que a partir dos anos 90 houve mudanças, com a chegada da tecnologia, o mercado passou a exigir mão de obra qualificada, e com os trabalhadores do Porto não foi diferente, houve uma grande redução da mão de obra não especializada.

“Vale dizer que o tipo de ocupação de mão-de-obra proporcionada por este complexo, que compõe o sistema portuário modernizado, assumiu um novo perfil, que exclui em especial os trabalhadores de baixa qualificação. Neste sentido, O Porto que atraiu milhares de famílias para o núcleo urbano que tinha gerado um grande número de posto de trabalho população tradicional do litoral para o seu núcleo urbano, terminando por marginalizá-la e embrenhá-la predominantemente em uma dinâmica espacial perversa, expressão do processo de exclusão social.” (Abrahão, 2010, p.8.).

Onde há exclusão evidencia-se a questão social, a cidade de Paranaguá possui uma questão social expressa como nas maiores das cidades brasileiras, onde um número pequeno possui e usufrui da riqueza produzida e a população que vive da venda de sua força de trabalho sobrevive das sobras ou de benefícios sociais.

Para demonstrar tal exclusão que existe nesta cidade cercada por ilhas onde os direitos sociais não cobrem, podemos citar a Ilha da Cotinga, onde nem todas as crianças e jovens podem frequentar a escola porque não se oferta as séries a partir do quinto ano. Não existem barcos para que as pessoas possam ter uma sistemática de transporte para o estudo em outros locais, portanto, há várias famílias indígenas que vivem de artesanato e vendas eventualmente possíveis, muitas delas não podem usufruir da bolsa família pelo fato de não poderem frequentar regularmente a escola. Logo, a assistência para populações tradicionais não pode ser pensada ou efetivada. Diante de tais fatos, as políticas sociais precisam tomar caminhos para que todos tenham acesso, pois de que adianta direitos sem ter como acessá-los.

3.5 A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PARANAGUÁ CAMINHANDO PARA EFETIVAÇÃO.

O município de Paranaguá possui um total 13.004 Famílias¹⁰ cadastradas no Cadastro Único de Benefícios Sociais, destinados aos Programas Sociais, dentre este estão: Programa Bolsa Família - BF, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, Energia Elétrica Federal, o último Programa estabelecido dentro do Cadastro Único e a tarifa reduzida para fins de aposentadoria da pessoa sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda¹¹ através da Lei 12470/2011. No âmbito Estadual temos Tarifa Social de Luz

¹⁰Segundo informações disponíveis no relatório de informações sociais no site: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWVhZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>.

¹¹ § 4º Considera-se de baixa renda, para os fins do disposto na alínea b do inciso II do § 2º deste artigo, a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico cuja renda mensal seja de até 2 (dois) salários mínimos. (12470/2011)

Fraterna este é um programa Estadual e Tarifa Social da Água também e Estadual.

Dentre as famílias cadastradas 11.291¹² possui renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo e 9.044 famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00. No município há 1.739 pessoas recebem o Benefício de Prestação Continuada, que é um salário mínimo mensal, destes 838 são idosos e 901 pessoas com deficiência.

A Assistência Social dentro da Prefeitura Municipal de Paranaguá teve início em 1975, através da lei nº. 1060 que “Dispõe sobre a nova estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Paranaguá e da outras providências.” (PARANAGUÁ, 1975).

O Serviço Social e Bem Estar Social era o órgão que tinha como objetivos os assuntos de desenvolvimento da comunidade, formação de mão de obra, assistência médica e dentária, saúde e higiene pública. Estavam especificados na ordem seguinte, segundo o documento acima:

I - a execução de programas que visam ao bem estar social da comunidade;

II - a realização de estudos sobre problemas sociais do município;

III - a realização de estudos objetivando firmar convênios e acordos com entidades públicas e privadas de assistência social;

IV a dinamização dos recursos sociais existentes no município, bem como o estímulo a criação dos necessários ou carentes;

V - as atividades de controle das migrações;

VI - o tratamento e a triagem de casos para concessão de benefícios;

XII - a promoção de campanhas de assistência de urgência a população carente de recursos, inclusive a da zona rural do município.

Segundo Gadarth (2009) para desenvolver essas atividades não tinham funcionários do quadro efetivo, todos eram contratados em cargo de comissão.

Em 17 de novembro de 1990, foi aprovada a lei nº. 1637, que criou a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, cuja competência, segundo a

¹²Segundo informações disponíveis no relatório de informações sociais no site: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNvZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>.

referida lei, era de “planejar, organizar, gerir e avaliar as ações e os serviços de saúde e bem estar social.” Os técnicos continuavam trabalhando por forma de contrato conforme havia necessidades, e continuava sendo por cargo de comissão. O Serviço Social trabalhava a prática do assistencialismo, com doação de alimentos, medicamentos e passagens.

Em 1993, mais uma vez a lei foi alterada, tornando-se a lei nº 1797. A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social passou a se chamar Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social – SEMSADES, que trouxe em seu corpo novas competências e um novo nome para secretaria.

Art. 22 – Será de competência da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social a formulação, organização, análise e execução da Política de Saúde do Município; [...]a assistência e a proteção à maternidade, à infância, à velhice aos socialmente desajustados e aos deficientes; a assistência e a proteção à valorização do índio; a assistência aos desabrigados; o atendimento aos Ilhéus; a instalação de casas de pouso para gestantes, para portadores do vírus da AIDS, bem como albergues para necessitados; a prestação de serviços assistenciais, especialmente ao trabalhador; ao desemprego, provendo a capacitação profissional dos mesmos e a sua integração ao mercado de trabalho, aos indigentes; aos menores carentes; promover a integração comunitária e outras funções correlatas. Lei nº 1797/93

Essa lei perdurou até 1994. Passou então a ser Secretaria Municipal da Criança e Desenvolvimento Social – SEMDES. Em 2005 foi desmembrada em Secretaria Municipal da Criança, Promoção e Assistência Social – SEMPRAS e Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Comunitário, esta é o órgão gestor da Política de Assistência Social no Município,

Definiu-se assim a lei:

O atendimento assistencial e de proteção à infância, à velhice, aos socialmente desajustados e aos deficientes, aos desabrigados, ilhéus, instalação de casas de pouso pra gestantes, para portadores do vírus da AIDS, bem como albergues para necessitados, a promoção e o estímulo do trabalhador, a integração ao mercado de trabalho, a segurança, higiene e medicina do trabalho, incentivo à organização laboral do trabalho, prestação de serviços assistenciais, especialmente ao trabalhador, ao desempregado, aos indigentes e aos menores carentes, a assistência e valorização do índio e outras funções correlatas. (Lei nº 2551 de 14/01/2005)

Para a Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Comunitário ficou definido:

Organizar a política de desenvolvimento comunitário do Município; promover ações nos bairros visando a integração social dos cidadãos à vida comunitária; promover ações nos bairros visando a integração social dos cidadãos à vida comunitária; instituir e gerir centros comunitários, atender a promoção da cidadania; atender juridicamente as pessoas carentes; incentivo à organização comunitária, com associações e formas cooperativas de produção e comercialização; e outras atividades correlatas. (Lei nº 2551 de 14/01/2005)

O ano de 2004 ficou marcado na história da Política de Assistência Social houve novo reordenamento através da aprovação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS pela Resolução N.145. A aprovação deste sistema emergiu de vários debates e, sendo o mais importante e destacado para tal avanço, a IV Conferência Nacional de 2003 realizada em Brasília, sinalizou quais seriam os caminhos que esta Política pretendia percorrer com diretrizes próprias. Destaca-se que assistência social é um direito do cidadão e dever do estado reafirmando o que já instituía a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS aprovada em 1993. Seguindo o processo de sistematização em julho 2005 foi aprovado o Sistema Único de Assistência Social através da NOB n.130 que instituiu o Sistema Único de Assistência Social.

Em 2007, um grupo de profissionais uniu-se, e compôs o Grupo de Estudos Capacitação e Assessoria em Políticas Públicas – GECAPp, este desenvolveu uma parceria com Centro de Estudo e Projeto em Educação cidadania e Desenvolvimento CEDEPS, e deu-se início da divulgação da proposta de trabalho do grupo, e o município Paranaguá, foi o primeiro a contratar esses serviços.

No mês de julho de 2007 foi realizada uma capacitação para conselheiros e também a Pré - Conferência da Assistência Social, após este evento, o gestor contratou o grupo para uma consultoria técnica para orientação quanto à implantação do Sistema Único da Assistência social, no município. Com início em agosto de 2007 e término em dezembro do mesmo ano, a consultoria foi realizada pela assistente social Fernanda Camargo, participante do grupo. Para o desenvolvimento deste trabalho, Fernanda elaborou uma proposta com roteiros a serem seguidos pelo município. Analisando as Leis do município, ela percebeu que não estavam de acordo com os princípios da nova configuração da Política de Assistência Social.

“Ao analisarmos os textos que dão corpo às duas Secretarias observamos a dissonância entre o que preconiza a PNAS/ 2004 e o SUAS e a organização da estrutura municipal responsável por atender às demandas socioassistenciais, visto que à Secretaria onde se localiza a Assistência Social não tem como atribuição o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, nem de inclusão produtiva de seus usuários, nem de incentivo às diversas modalidades de organização social, com fins de geração de renda ou não, como definido pela PNAS e SUAS.” (Camargo, 2009,p12).

Assim, a consultora sugeriu que as atribuições desta Secretaria fossem redimensionadas e levassem em consideração e estabelecessem no município a Política de Assistência conforme deliberações na V Conferência Nacional de Assistência Social em 2005 e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2006.

“Para tanto, a Secretaria da Criança, Promoção e Assistência Social de Paranaguá, contratou os serviços do GECAPp mediante contrato com o Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento - CEDEPS para contribuir neste processo, redefinindo procedimentos de trabalho dos profissionais e conselheiros, balizados nas dimensões investigativa e formativa, incrementando a gestão descentralizada e participativa da política de assistência social, considerando seus diversos níveis e instâncias; definindo e implantando estratégias operacionais que concretizem ações intersetoriais entre os conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos, otimizando serviços e recursos em face das demandas apresentadas pela população destinatária e propondo alterações normativas necessárias ao regular funcionamento da política municipal de assistência social; garantindo assim a adequação do CMAS e da rede socioassistencial a PNAS e ao SUAS.” (Camargo,2009,p.2).

A Política de Assistência Social no município de Paranaguá até 2007 possuía somente um local do poder público para atender às demandas da população e contava somente com 05 assistentes sociais concursadas, porém com a nova modalidade desta política, o município implantou o Sistema Único da Assistência Social. A partir da consultoria, o município iniciou o processo de adequação ao novo sistema. Porém já havia na Gestão iniciativa do processo de implantação quando no início do ano de 2005, houve uma capacitação com as técnicas da assistência social do município sobre o SUAS.

Para integração ao sistema o município fez concurso público em 2008, onde foram contratados trabalhadores da Política de Assistência Social, hoje o município conta com um efetivo de 15 Assistentes Sociais, sendo que 13 estão atuando na Política de Assistência Social.

O referido concurso foi realizado para atender às necessidades de profissionais para dois CRAS, e um CREAS que estavam sendo construídos e já em fase de acabamento. Esses equipamentos foram inaugurados em julho de 2009. Os CRAS estão localizados no Bairro Nilson Neves e Porto dos Padres, o CREAS está localizado no centro da cidade.

Conforme já mencionado, há uma normativa para construção dos CRAS, sendo que o município construiu esses equipamentos procurando atender essas recomendações.

O CRAS do bairro Nilson Neves chama-se Jesuína de Matos e abrange os seguintes bairros: Bertioga, Nilson Neves, Vila dos Comerciários, Conjunto Cominese, Vila Divinéia, Jardim Esperança, Vila Garcia, Labra, Jardim Ouro Fino, Porto Seguro, Jardim Samambaia, Parque São João, Parque Agari segundo informações da assistente social possui 2.275 famílias cadastradas.

Os CRAS são construídos nos territórios para realizar um trabalho diferenciado, realizando o acompanhamento das famílias, atividades sócio-educativas com grupos, visita domiciliar, busca ativa e Programa de Atenção Integral as Famílias – PAIF, buscando a prevenção contra riscos.

O CRAS Porto dos Padres chama-se Luiz Carlos da Costa Leite e abrange os seguintes bairros: Porto dos Padres, Jardim Araçá, Vila Paranaguá, Padre Jackson, Vila Guarani, Beira Rio, Vila Cruzeiro, Serraria do Rocha, Vila Rute, Vila Portuária, Rocio, Vila Alboit, Jardim Guadalupe e Jardim Santa Rosa. Este CRAS segundo informações da assistente social possui 2.000 famílias cadastradas.

“O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral as Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve se considerar novas referências para compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que as funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; construir com referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.”(PNAS,2004, p.35).

Paranaguá está habilitado no processo de gestão Básica do Sistema Único da Assistência Social de implantação do SUAS. De acordo com o SUAS, o

município de Paranaguá é considerado de grande porte¹³ e já poderia estar habilitado na gestão plena, com uma rede de serviços conforme preconiza a Política de Assistencial Social, porém para que isso acontece é necessário a construção de mais dois CRAS que segundo o secretário de Assistência Social está em processo de construção.

Verificamos que a Secretaria de Assistência foi denominada por diversos nomes e mais uma vez, em 2008, houve mudança na nomenclatura, denominou-se Secretaria de Assistência Social e esse acontecimento deu-se em 17 de março de 2009, através do decreto nº 338, considerando a necessidade de se adequar às normativas o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a Secretaria Municipal da Criança, Promoção e Assistência Social passou a ser denominada Secretaria Municipal de Assistência Social.

Atendendo a prerrogativas da Política a secretaria distribuiu os serviços em dois eixos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. E cada um desses eixos possui um coordenador. Que dá suporte aos técnicos que trabalham na execução dessa política.

Porém sabemos que com as novidades e os avanços dessas políticas, levará ainda um tempo para o município atender os ditames de todos os documentos e normativas.

Não podemos perder de foco que essa política, agora é um Sistema Único, e que veio constituída como direito onde todos os demandatários devem conhecer, porém sabemos também que esse será um processo que levará algum tempo, pois a cultura do favor e benesse ainda está enraizada na população atendida por essa política.

Em se tratando do município de Paranaguá, que é uma população que passou por séculos de cultura de opressão e dependência e que vem de uma lógica escravista, acreditamos que será um trabalho, que exigirá mais esforço dos profissionais, para fazer com que essa população entenda essa Política como direito e não mais como favor.

¹³ Segundo a NOB SUAS os municípios são classificados em: Pequeno Porte I, quando sua população é de até 20.000 habitantes sendo necessário 1 CRAS; Pequeno Porte II, de 20.001 a 50.000 habitantes, sendo necessário 1 CRAS; Médio Porte, de 50.001 a 100.000 habitantes, sendo necessários 2 CRAS; Grande Porte, com 100.001 a 900.000 habitantes, sendo necessários 4 CRAS e metrópoles, quando possui mais de 900.000 habitantes e necessita de 8 CRAS para atender a demanda (PNAS-NOB/SUAS, 2005).

E conhecemos que a construção da Política de Assistência social com seus novos equipamentos como CRAS e CREAS e para superar a lógica que estava perdurando há anos a do favor e benesse.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi de grande importância para o conhecimento de toda a trajetória da Política Social e especificamente o da Assistência Social no contexto geral, e possibilitou perceber particularidades do processo histórico da constituição da Política de Assistência Social do Município de Paranaguá.

O que possibilitou a pesquisa foi encontrar teses, monografias e livros juntamente com visitas realizadas em alguns equipamentos do município.

Este trabalho conseguiu, relatar o processo de implantação do SUAS no Brasil, onde percebemos que desde 1998 já houve uma versão preliminar da NOB/SUAS, muito discutiu-se entre profissionais e sociedade civil até chegar na Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, chegando à aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004.

Esse trabalho também possibilitou leituras e um avanço no entendimento da questão social, assim como também seu desdobramento na qual se percebeu que a profissão de assistente social nasceu junto com a questão social.

A possibilidade de conhecer um pouco da história da constituição do município de Paranaguá, em alguns momentos trouxe surpresas e um desejo de buscar mais informações sobre essa cidade que é o berço do Paraná.

Mostrar a história da Política de Assistência Social enquanto profissional que fez parte em alguns momentos da história, durante a implantação do sistema no município foi compensador, pois percebemos o quanto o este avançou.

Porém, o que não podemos perder de foco é que essa política agora se constitui em um Sistema Único de direito, e que agora é Lei, todos os demandatários devem conhecer, porém sabemos também que esse será um processo que levará algum tempo, pois a cultura do favor e benesse ainda está enraizada na população atendida por essa política.

Em se tratando do município de Paranaguá, que é uma população que passou por séculos de cultura de opressão e dependência e que vem de uma lógica escravista, acreditamos que será um trabalho, que exigirá mais esforço dos profissionais, para fazer com que essa população entenda essa Política como de direito e não mais do favor.

E reconhecemos que a construção da Política de Assistência social com suas diretrizes para o funcionamento dos novos equipamentos CRAS e CREAS assim como outros equipamentos que ela sugere, são para superar a lógica que estava perdurando há anos, a do favor, e da benesse.

Analizando as políticas sociais, percebemos que suas conquistas foram através de lutas das classes trabalhadoras, com momentos vitoriosos e de retrocessos.

A Assistência Social está vivenciando um tempo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e conclama a todos que trabalham nessa política a dar materialidade a ela. Os novos espaços conquistados, sejam eles CRAS ou CREAS, constituem-se em um serviço público de consolidação da Política Pública de Assistência Social, mas para tanto não podemos pensar sozinhos, temos que chamar outras políticas sociais para um trabalho em conjunto, não conseguiremos materializar essa política sem a Política da Educação, Trabalho, Habitação, Saúde, Segurança Alimentar, não podemos mais pensar somente no Tripé da Seguridade Social, mas sim no conjunto de todas essas citadas.

O município de Paranaguá ainda tem vários desafios a serem enfrentamento como a mudança de culturas de séculos e múltiplas sequelas da histórica questão social ali vivenciada, Sabemos que esta cidade também é composta por várias ilhas, porém algumas estão sem atendimento. Não podemos deixar de perceber que o município avançou, construindo os equipamentos, aumentou o quadro de profissionais, mas ao analisarmos, verificamos vários micro - territórios com famílias sem atendimentos, portanto, o município necessita avançar mais nesta política.

O município de Paranaguá necessita de mapeamento da rede de serviços existentes, que possam vir colaborar com Política de Assistência, além da construção de mais unidades de CRAS para cobrir os territórios que estão descobertos e o aumento do quadro de funcionários, pois, os equipamentos por si só não darão conta das demandas. Acreditamos que essas demandas terão ainda maior visibilidade após a elaboração de um diagnóstico, um instrumento que possibilita o planejamento do trabalho dos equipamentos aqui citados. Ainda salienta-se que no período da pesquisa os CRAS não dispunham de um sistema

informatizado, impossibilitando que os trabalhos tenham mais agilidade. Pois as famílias do Programa Bolsa Família para obter informações sobre suas condições cadastrais necessitam que os profissionais acessem os sistemas disponíveis pelo programa.

Portanto para mudança deste cenário, as políticas sociais devem sair do papel e buscar a materialização, partindo do princípio da redução da desigualdade, buscando a justiça social baseada nos direitos individuais, possibilitando-lhes acessibilidade a patamares superiores e condicionando-o a exercerem sua cidadania, pois o verdadeiro exercício da cidadania se dá nas condições materiais que o indivíduo necessita. É necessário vontade política e comprometimento dos gestores para dar concretude as políticas públicas e que tenham como princípio o interesse comum, atendendo demandas legítimas da população.

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. Dinâmica Urbana análise da territorialidade urbana de cidades portuárias a partir do estudo de áreas periféricas – estudo de caso do município de Paranaguá / Paraná. Artigo publicado em 2008.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez 2002.

BATTINI, Odária. Pesquisa Ação: construindo uma metodologia de trabalho. **Caderno Universidade Estadual de Londrina**. Paraná, 1994

BEHRING, Elaine Rossetti, BOCHETTI, Ivanete **Política social:** Fundamentos e história. 2. Ed. São Paulo: Cortez 2007.

BOCHETTI, Ivanete **Política social no Capitalismo:** Tendências Contemporâneas. 2. Ed. São Paulo: Cortez 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CASTRO, Flávio José Rodrigues de. CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira:** uma equação possível?. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORREIA, Silvia Godarth. A implantação do SUAS no município de Paranaguá –PR. Monografia de Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Serviço Social: a questão social na perspectiva interdisciplinar do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná 2009

CAMARGO, Fernanda de Lopes. Implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS Em Paranaguá. Monografia de Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Famílias e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 84 p

GODOY, Amália M. **Os impactos sócio-ambientais da expansão do Porto de Paranaguá frente a maior inserção do Brasil no mercado internacional. Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico.** Curitiba: Editora da UFPR; Brasília: CNPq, 1998.

GÓES, Maurício Silva de.; MEDEIROS, Guilherme Luiz. O Impeachment. **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania**, São Roque – SP, v. 02, nº01, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 8ªEd. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social Em Tempo De Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2ªEd. São Paulo: Cortez, 2008.

Lei Orgânica da Assistência Social / LOAS lei 8.842 7 de Dezembro de 1993.

Lei12470/2011. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/L12470.htm. Acesso em 19/03/2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999. 143 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWVhZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>. Acesso em 19/03/2012.

Norma Operacional Básica. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome. Brasília, 2005.

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome. Brasília, 2006.

PATRUS, Ananias. Os mais pobres entre os pobres. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/os-mais-pobres-entre-os-pobres-patrus-ananias>. Acesso em 18/03/2012.

Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome. Brasília, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre, **Mediação e Serviço Social**, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOZATTI, Aldaíza. **Amenina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANA, Manoel. **Paranaguá na história e na tradição**. Paranaguá: Conselho Municipal de Cultura, 1976. 374 p. ISBN (Broch.).

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=411820#>

acesso em 02/10/2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_de_Paranagu%C3%A1

acesso em

02/10/2011

